



MOÇÃO A

APROVADA NO PLENÁRIO DE PROFESSORES CONTRATADOS E DESEMPREGADOS DO DIA 29/01/2011

Nos últimos meses o Governo Sócrates e o Ministério da Educação, desencadearam sobre a classe docente em geral e os professores e educadores contratados e desempregados em particular, um violentíssimo ataque materializado em ondas sucessivas de medidas anti-laborais, anti-educativas e anti-sociais quase diárias, de dimensão gigantesca, poucas vezes antes observado em Portugal. Em resposta a questões colocadas por grupos com acento parlamentar o ME reconhece que até Novembro de 2010 seriam cerca de 40000 os contratados nas escolas, sendo que metade deles correspondem a horários completos e anuais. O fim anunciado da extinção da AP, do EA e da parceria pedagógica em EVT terá como consequência uma redução global de 30 a 40 mil docentes no sistema de ensino público e destes, o despedimento definitivo de mais de 10 mil contratados. Acresce a tudo isto as precárias e instáveis relações laborais, com o recurso generalizado ao contrato individual de trabalho ao longo de anos e anos, que em caso algum foi convertido em vínculo laboral definitivo.

Depois de analisadas e debatidas as gravidades das situações com que os contratados convivem diariamente, os professores e educadores presentes no Plenário, promovido pelo SPGL, e realizado na sua sede no dia 29 de Janeiro de 2011, repudiam a insensibilidade dos responsáveis governamentais perante a dimensão brutal que o desemprego virá a tomar já em Setembro de 2011, a insensibilidade demonstrada perante o agravamento da instabilidade e da precariedade profissional /social e pessoal destes docentes e afirmam que é urgente:

- **A concretização de medidas efectivas que permitam a vinculação** dos professores e educadores contratados através da sua integração num quadro, de acordo com a lei geral do trabalho;
- **A possibilidade de todos os professores, com habilitação própria, poderem concorrer**, a nível nacional, até obterem uma profissionalização, uma vez que continuam a podê-lo fazer através da chamada Oferta de Escola;
- **A actualização de vencimento: dos professores** licenciados profissionalizados para o índice 167; o dos licenciados não profissionalizados para 151 e o dos não licenciados não profissionalizados para o índice 126 seguindo a lógica aplicada pelos menos desde 1998;
- **Uma avaliação do desempenho efectivamente orientada para a melhoria do trabalho e do desenvolvimento profissional** dos professores, pelo que defendem que o processo em curso seja repensado, por forma a garantir que essa avaliação tenha incidência positiva no trabalho escolar e não continue a constituir um factor de perturbação e instabilidade nas escolas, e que esta deixe de influenciar a graduação concursal, como agora sucede;

- **Que as horas lectivas que sejam retiradas do currículo com a extinção de AP e EA** sejam distribuídas pelas restantes disciplinas curriculares que só dispõem de dois tempos semanais, nos diversos ciclos de ensino.

No sentido de dar corpo a estas exigências, os professores e educadores presentes decidem propor as seguintes concretizações da luta:

1. Que se realize um pedido, à Secretaria de Estado da Educação, para a actualização dos índices dos contratados, através da emissão de uma nova Portaria que revogue os anexos/índices ainda em vigor;
2. Aferir, nas suas escolas (ou outras) da possibilidade de colocar faixas, a partir do dia 1 de Fevereiro, procurando sensibilizar a opinião pública e, em particular, a comunidade educativa para um ataque que urge parar com a seguinte inscrição: Governo quer despedir muitos professores / Mas eles fazem falta aos seus filhos nesta escola;
3. A realização, na área do SPGL, de iniciativas de carácter regional e distrital que se constituam como formas privilegiadas de os professores darem a conhecer à opinião pública as razões do seu protesto, nomeadamente através da participação na acção frente ao ME no próximo dia 3 de Fevereiro (entrega de postais a exigir concurso);
4. A participação, com a presença nas galerias da Assembleia da República, dos professores contratados aquando da próxima audiência da Senhora Ministra da Educação no dia 8 de Fevereiro;
5. Organizar e participar numa acção de rua, aquando da publicação do aviso da abertura de concursos, para denúncia da situação dos contratados e do “despedimento massivo” que se espera para 2011;
6. Afirmam ainda a sua disponibilidade para participar nas diversas iniciativas e acções de luta que vierem a ser definidas em defesa do direito ao emprego e de uma profissão mais estável e valorizada.
7. Apenam que se antecipe a grande iniciativa proposta para fins de Março para, o mais tardar, o seu início;
8. Apenam ao boicote imediato às avaliações intercalares.